

# Retirantes flagelados no Ceará-da-seca: (bio)políticas populacionais na consolidação do Estado moderno

**Natalia Monzón Montebello**

*Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP*

*Professora Adjunto da Universidade Estadual do Ceará - UECE*

**Marcílio Medeiros Silva**

*Licenciado em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE*

*Pesquisador da Universidade Estadual do Ceará - UECE*

## Resumo

Com base na noção de Ceará-da-seca, este artigo descreve o surgimento e a consolidação, desde 1877, de um poder soberano sobre a vida implementado por meio de políticas populacionais destinadas a administrar os efeitos sociais da seca na região. Assim, observam-se práticas biopolíticas de governo que caracterizam a institucionalização do Estado moderno atrelada aos dispositivos de exceção (os abarracamentos, os lazaretos, os campos de concentração e as frentes de trabalho), direcionados à proteção de uma forma de vida (urbana e industrial) a ser garantida diante da cíclica invasão dos retirantes do sertão, levando ao litoral, a cada grande seca, o abrupto espetáculo da barbárie da fome, da miséria, da peste.

**Palavras-chave** biopolítica; retirantes; flagelados; campo; seca.

## Abstract

Based on the notion of 'Ceará-da-seca,' this article describes the emergence and consolidation, since 1877, of a sovereign power over life deployed through population policies aimed to manage the social effects of drought in the region. Thus, there are biopolitical government practices that characterize the modern State institutionalization as tied to exception devices (tent buildings, lazarettos, concentration camps, and work fronts), designed to protect a (urban and industrial) way of life so that it is guaranteed in face of the cyclical invasion of retreating migrants from the 'sertão,' taking to the coast, during each severe drought event, the abrupt spectacle of the barbarism of hunger, misery, plague.

**Key words** biopolitics; retreating migrants; mortified people; camp; drought.

---

## Introdução

*Como uma cascavel que se enroscava  
A cidade dos lázaros dormia...  
Somente, na metrópole vazia,  
Minha cabeça autônoma pensava!*

*Mordia-me a obsessão má de que havia,  
Sob os meus pés, na terra onde eu pisava,  
Um fígado doente que sangrava  
E uma garganta de órfã que gemia!*

*Tentava compreender com as conceptivas  
Funções do encéfalo as substâncias vivas  
Que nem Spencer, nem Haeckel compreenderam...*

*E via em mim, coberto de desgraças,  
O resultado de bilhões de raças  
Que há muitos anos desapareceram!*

(Augusto dos Anjos, *Os doentes*)

Entre a segunda metade do século XIX e a primeira do XX, no Ceará, consolidou-se uma política populacional que inscreve regionalmente a atualização do Estado em uma nova geografia, biopolítica, da demarcação entre mar e sertão: demarcação cultural e subjetiva entre a vida a ser superada, descartada ou conjurada e aquela que merece ser vivida. A seca, que entretece formas de vida, explícita, nesse tempo e desde esse tempo, suas duas dimensões políticas: a vida nua e a vida qualificada (Agamben, 2007). É com a seca, administrando a seca, que no Ceará foram implementadas as políticas populacionais que abriam espaço para novos saberes e novos poderes. A grande seca de 1877 não foi a primeira a atingir o Ceará<sup>1</sup>, mas foi a primeira de um novo tempo, estabelecido não sobre um território, mas sobre uma nova superfície, agora também biopolítica, tanto quanto fora, até então, geopolítica. Ceará-da-seca designa uma superfície, ou intensidade, de uma modalidade de governo (de sujeição, de subjetividade): a um tempo sobre e sob a seca, a administração ou gestão da vida. A cada seca, novos movimentos migratórios, do sertão para o mar e para outras terras.

---

<sup>1</sup> Por exemplo, a seca de 1844-45 (Alves, 1982). Sobre a história da seca na região ver Theophilo (1922) e Studart (1997).

---

Esta migração periódica, a partir da segunda metade do século XIX, transformou-se num grande problema social a ser enfrentado por governantes, burgueses, intelectuais e técnicos, sendo objeto da construção de um sem-número de saberes e práticas que objetivavam evitá-la, impedi-la ou neutralizar seus efeitos (Neves, 1995, p. 93).

Antes de mais nada, a cada vez, a seca produz e projeta saberes e poderes. Desde a seca de 1877, esses saberes e poderes se dirigem à vida: à cidade como espaço de circulação da vida e dos elementos naturais que a afetam, e depois aos corpos dos vivos, dos *desvalidos*, fossem *validos* (aptos para o trabalho), fossem *inválidos* (destinados ao assistencialismo). Corpos primeiro retirantes, depois flagelados: superfície política onde se inscreve o governo, a todo momento, na gestão da fome e da peste. O programa biopolítico que é implementado no Ceará diretamente atrelado ao fenômeno climático regional e cíclico da seca, desde 1877, reveste-se de política de controle populacional, não apenas administrando e redirecionando os fluxos migratórios, mas também produzindo e aperfeiçoando saberes e poderes técnicos de governo, institucionalmente arquitetados, da saúde pública, da assistência social, da criminologia, do controle e repressão policial, do planejamento familiar, do urbanismo e até da construção civil e transporte, dentre outros.

Então, quando em 1877 configurou-se o estio, os sertanejos, já não podendo contar com a caridade privada, transfiguraram-se em multidões e ocuparam as estradas que ligavam os sertões à capital. E a ajuda pública aos flagelados, que só vinha ocorrendo pontualmente, teve que desenvolver saberes e técnicas, táticas e expedientes (distribuição de alimentos, campos de concentração, frentes de trabalho etc.), para controlar os invasores que provocavam medo e repulsa nos fortalezenses aspirantes à civilização (Barbalho, 2005).

Os violentos fluxos migratórios, desse modo, são, a cada grande seca, campo de inovações de governo, ou melhor, de *governamentalidade* (Foucault, 2017b), disparadores de uma modernização que extrapola o alegado aformoseamento, o espelhamento no Ocidente europeu pela estética, seja dos edifícios, seja dos costumes e modos de viver. Mais do que progresso urbano e cultural, tratava-se de modernização segundo o sistema capitalista mundial, de produção de saberes e poderes tal qual a produção industrial em série, racional em relação ao lucro. Modernização que coisifica em flagelado um *outro* ontologicamente distante, portanto, um *outro* perigoso, a ser isolado e neutralizado em “espaços outros” que não na moderna e civilizada cidade: nos abarracamentos, nos campos de concentração, nas frentes de trabalho... de preferência, de volta ao sertão.

---

Então, investimentos biopolíticos, ao ritmo da seca, redesenhando, sobre o território esculpido pelas secas “de sempre”, os diversos campos de contenção dos governados, a cada seca mais modernos: os campos dos flagelados, os campos dos cidadãos. E todos os campos que se projetam nessas novas fronteiras entre a vida rural e a urbana, entre o interior e a cidade, entre o sertanejo e o industrial, o comerciante, o operário, entre o miserável e o proletário, entre o faminto e o desempregado, entre o coronel e o representante democraticamente eleito, o técnico, o burocrata... em uma palavra: entre o atraso e o futuro. A experimentação analítica com Michel Foucault redimensiona, pelo ponto de vista da biopolítica, questões relativas à história da modernização, urbanização e industrialização do Ceará, ao abrigo do Estado brasileiro e sua história, assim como ao abrigo da história do sistema capitalista. Dessa maneira, trata-se aqui de problematizar certa reformulação das políticas implementadas no âmbito da modernização do Estado no sentido de governar controlando, isto é, administrando, a cada vez mais, a cada seca mais, a população: poder soberano sobre a vida, produzindo uma vida e ao unísono produzindo o despojamento jurídico de toda vida outra. A toda vida que merece ser vivida corresponde uma vida nua... Como se articulam essas duas dimensões biopolíticas à seca que anima a história do governo no Ceará?

*Dormia em baixo, com a promíscua véstia  
No embotamento crasso dos sentidos,  
A comunhão dos homens reunidos  
Pela camaradagem da moléstia.*

*Feriam-me o nervo óptico e a retina  
Aponevroses e tendões de Aquiles,  
Restos repugnantíssimos de bílis,  
Vômitos impregnados de ptialina.*

*Da degenerescência étnica do Ária  
Se escapava, entre estrépitos e estouros  
Reboando pelos séculos vindouros,  
O ruído de uma tosse hereditária.*

(Augusto dos Anjos, *Os doentes*)

Rodolfo Theophilo (1922), em sua história da seca, lista, entre 1710 e 1877, 16 secas no Ceará. Em 1877, a província do Ceará tinha contados 32 anos de estabilidade climática, desde que, com o inverno de 1846, os retirantes da seca do ano anterior tinham voltado a suas províncias, abandonando as cidades maiores, invadidas na fuga da fome <sup>2</sup>. Nada tinha

<sup>2</sup> Por exemplo, a seca de 1844-45 (Alves, 1982). Sobre a história da seca na região ver Theophilo (1922) e Studart (1997).

---

feito o governo imperial para preparar a região para uma nova seca, que mais cedo ou mais tarde viria. Seca que veio, passado esse tempo, como nefasta surpresa, interrompendo um cotidiano que se esquecera, em que “não se pensava em que cedo ou tarde igual calamidade havia de voltar, que a secca, maldito legado do povo cearense, viria de novo cobril-o de lucto” (Theophilo, 1922, p. 71).

Os três anos durante os quais se alastrou a seca de 1877 no Brasil compuseram, ao alucinado ritmo da fome e da morte, intensos movimentos migratórios. No Nordeste, e mais do que em qualquer outro lugar no Ceará, retirantes traziam de um desconhecido sertão uma miséria em massa, um desespero em massa às cidades que, como Fortaleza, ensaiavam o embelezamento de uma certa *belle époque*, de uma modernidade enfeitada de progresso urbano-industrial. Eram os bárbaros, uns bárbaros que se apresentavam aos milhares, multiplicando com violência estética (para os formosos padrões almejados à época) uma população até então conformada por cidadãos e em vias de tornar-se subjetivamente moderna. Mais de 110 mil migrantes-retirantes, em uma população que até então rodeava os 25 mil: não se poderia esperar nada a não ser “uma das desordens urbanas e sociais mais graves que Fortaleza já experimentou” (Neves, 2005, p. 114). Se a seca dizimou a vida no sertão, do sertão ao mar, do sertão a Fortaleza, a seca interrompe e redimensiona uma forma de vida que se prometia, desde as elites, próspera, pacífica e progressista, na mais entusiasta harmonia com os parâmetros civilizatórios emanados desde Paris, no ápice de um tempo que acenava fervorosamente para o futuro.

Não apenas desde Paris, mas desde a Europa, também emanava um modelo de razão científica que inscrevia nos corpos dos modernos os sinais dos primeiros investimentos políticos do poder sobre a vida. Corpos tornados um à sombra de um grande céu metafórico capaz de padronizar e apaziguar as desde então imponderáveis singularidades: o corpo social. Corpo social, por sua vez, dimensionado e desvendado pela moderna medicina social. Ao acompanhar Foucault (2017a) em sua análise sobre a medicina social, os contornos políticos do corpo moderno descrevem nitidamente a construção, em base institucional, de tempos biopolíticos prolongando-se em desdobramentos até o presente. Assim, o que marcaria a diferença semântica ancorada no tempo? Em oposição à medicina medieval, que “era do tipo individualista e as dimensões coletivas da atividade médica, extraordinariamente discretas e limitadas” (Foucault, 2017a, p. 144), a medicina moderna se fazia e se consolidava formalmente social.

Com maior detalhe, também se pode afirmar que, assim como o capitalismo reclama um corpo unificado em seus gestos, em suas modulações biológicas e políticas, um corpo que não mais apenas trabalha, mas antes trabalha segundo determinado protocolo universal, universalizante, universalizável, um corpo, em suma, proletário, assim também a medicina esquadrinha e interpreta um único corpo, enciclopedicamente cartografado em órgãos e sistemas essencialmente um. Não só uma superfície biológica, mas, dirá Foucault

---

(2017a, p. 144), uma superfície biopolítica: é sobre o corpo que o Estado moderno funda suas instituições, seu discurso e suas promessas.

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica.

Entretanto, não foi de início, observa Foucault (2017a), que a medicina social investiu sobre o corpo proletário. Ele reconhece três etapas nas quais vão se entrecendo os parâmetros biológicos delimitadores da saúde de um indivíduo produtivo, esse sujeito histórico e social, portanto, político, do capitalismo. De tal forma que a medicina de Estado, que aparece na Alemanha do começo do século XVIII, a medicina urbana francesa do final desse mesmo século e, finalmente, a medicina da força de trabalho inglesa, já no século XIX, compõem, segundo Foucault (2017a), etapas de uma história da medicina ocidental, percorrendo o tempo que se organiza na legitimação do poder soberano sobre a vida.

O que nesses três quadros se desenha é o percurso, do Estado ao pobre, passando pela cidade, do redimensionamento do poder político segundo um autêntico grito de guerra do sistema capitalista: a vida, em todas suas possíveis e prováveis formas, deve ser produzida... e sempre mais. Esse biopoder, então, qualifica a política no sistema capitalista ao perpassar o Estado, depois a cidade e depois os pobres, redimensionando poderes e saberes ao compasso do imperativo universal da produtividade. Em que medida esse ponto de vista analítico funcionaria enquanto chave de leitura de um tempo em que se consolida uma nova territorialização, aqui designada pela rubrica de Ceará-da-seca?

Com a seca de 1877 se acionaram os abarracamentos, que demarcavam, no interior e no centro da cidade invadida pelos desvalidos, um espaço de despojo, um limiar de civilidade depois do qual deixavam de funcionar a maior parte dos códigos, das regras e das normas de convivência válidos para os espantados cidadãos. Potencializados pela precariedade das instalações e dos equipamentos, os males anunciados pela invasão ameaçavam interromper a prometida modernização da cidade. Dentre os diversos males a constatar, a varíola em particular despertava o temor de todos, de todas as classes sociais, todos reclamando senão o combate à peste, ao menos a expulsão dos invasores (L. L. Martins, 2012).

A seca instalaria, desde 1877, uma geografia cronicamente aporética: entre o sertão e a capital, desdobra-se a incontornável oposição entre o futuro do progresso urbano industrial e comercial e a miséria rural, atávica e selvagem da fome. E se a aporia na base dos novos

---

tempos, com toda sua explícita brutalidade, não podia ser resolvida, poderia, sem dúvida, ser administrada. Sobrepondo aos poderes tradicionais a força cívica do progresso técnico e científico regido pelos diversos, e também novos, especialistas, o Estado dos novos tempos desenharia uma política da seca, a um tempo geopolítica e biopolítica, cercando e transportando as hordas dos perigosos. Aqueles retirantes famintos, doentes, violentos, devassos... a miséria e o atraso eram porta-estandarte dessas hordas.

A presença destes pobres, famintos e doentes, no mais grave estágio em que ainda é possível sobreviver, exigiu uma imediata e radical mudança nos costumes e comportamentos, nos hábitos pessoais e cotidianos e, especialmente, no uso social dos equipamentos urbanos, afetando profundamente a vida dos habitantes da capital. Estes, a partir de então, irão procurar estabelecer um novo patamar de relações com a pobreza, em que a caridade e a solidariedade se confundem com a repugnância diante das cenas de barbárie presenciadas pelas famílias horrorizadas, crimes, prostituição, mortes, suicídios, antropofagia, epidemias etc., o que, de certa forma, se repetirá nos anos seguintes, quando a miséria rural adentra o mundo urbano pelas mãos da seca (Neves, 2005, p. 114).

No Ceará do século XIX, Paris reverbera tanto no projeto civilizatório urbano progressista quanto nas políticas públicas de um Estado que investe no controle biopolítico de sua vasta, diversa e pulverizada população. A capital da província, já ancorada em uma modernidade cultural, social e política que o sistema capitalista mundial acabará por impor em cada esquina do planeta, encontra na seca, no ciclo da seca, no eterno retorno da seca, um valioso ponto de projeção e consolidação para as reformas e os acertos que os novos tempos gerais reclamam. A seca, que deve ser mantida fora e longe de Fortaleza, demarca as políticas populacionais, dos abarracamentos aos campos de concentração e às frentes de trabalho, que deverão fundamentar o aparelhamento do Estado moderno na região.

A partir da seca de 1877 se instala, então, uma política populacional que se poderá resumir em três grandes gestos: os abarracamentos, o campo de concentração, na cidade e depois pelo interior do estado, acompanhando a estrada de ferro, e as frentes de trabalho. Em 1877, um projeto de urbanização e de urbanidade, em especial para Fortaleza, vê-se abalado e logo redimensionado pelo acontecimento da seca, intempestivamente de encontro ao futuro prometido pelas elites surpreendidas. Em 1877, quando a cidade se vê, dizia Rodolfo Theophilo (como citado em Neves, 2005, p. 117), sitiada “por uma coluna de famintos trapilhos”.

No entanto, não era essa a primeira invasão de famintos que chegava a Fortaleza: em 1846, a seca tinha levado uma multidão de famintos às ruas da capital, mas, como lembrara Theophilo (1922, p. 71), “fizeram-se preces, o governo remetteu esmolos, e ficou n’isso”.

---

Não houve, naquela ocasião, uma política do Estado para administrar os efeitos da seca. Esse deslizamento nas técnicas de governo se daria e se intensificaria a partir da seguinte grande seca, em 1877. Novos tempos<sup>3</sup>.

Rodolfo Theophilo observa, ainda, que aquele período em que a cidade se esquecera da seca, entre 1846 e 1877, foi uma época de crescimento, de um progresso que o sanitarista entendeu como extraordinário. A população da província teria saltado de 340 mil para mais de 1 milhão nessas 3 belas décadas. Com isso, “desenvolveu-se a indústria, alargou-se o commercio ao mesmo tempo que quasi completamente se nacionalisava, diffundiou-se a instrução publica” (Theophilo, 1922, p. 72). Nessa sua história da seca no Ceará, Theophilo escreveu como um técnico: o sanitarista recolherá em suas linhas o olhar de uma medicina social, ou do que irá se constituir no Brasil, em breve, como uma nova maneira de governar: uma gestão biopolítica do Estado, da cidade e dos pobres, talvez aqui não necessariamente nessa ordem, ou melhor, tudo mais ou menos ao mesmo tempo...

*Falar somente uma linguagem rouca,  
Um português cansado e incompreensível,  
Vomitar o pulmão na noite horrível  
Em que se deita sangue pela boca!*

*Expulsar, aos bocados, a existência  
Numa bacia autômata de barro,  
Alucinado, vendo em cada escarro  
O retrato da própria consciência!*

*Querer dizer a angústia de que é pábulo,  
E com a respiração já muito fraca  
Sentir como que a ponta de uma faca,  
Cortando as raízes do último vocábulo!*  
(Augusto dos Anjos, *Os doentes*)

Rezam os dados oficiais de que em janeiro de 1877 morreram 63 pessoas na cidade de Fortaleza. Entretanto, cerca de 20 mil circulavam por suas 45 ruas, amplas e retas, e pelas suas 16 praças: tudo nessa paisagem esperava a chuva. Assim também no sertão, tão longe naqueles tempos da moderna capital. Enfim, “em principio de 1877, no litoral e no sertão grande numero de roçados estavam promptos para receber as sementes quando cahissem as chuvas” (Theophilo, 1922, p. 72). E elas não caíram. Ou quase: 4 vezes choveu naquele

---

**3** Nas palavras cristalinas de Rodolfo Theophilo (1922, pp. 71-72): “entregue a sua habitual incuria, não pensou o governo em estudar os meios de attenuar os efeitos de futuras secas”.



---

mês, apenas 24 mm<sup>4</sup>. Isso em meio a um calor oscilando entre 27 e 31°C à sombra. Tudo e todos seguiam esperando o inverno. Ainda nesse mês, no dia 10, e por uma carta imperial assinada em 13 de dezembro de 1876, o desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa era nomeado presidente da província do Ceará. 13 de dezembro é o dia de Santa Luzia...

Já em fevereiro, os ânimos sucumbiam à constatação dos tenebrosos presságios anunciados nas experiências do dia de Santa Luzia do ano anterior. A seca vai chegando; o sertanejo a adivinha em seus sinais. A seca do Nordeste, diz Euclides da Cunha (1979), irradia do Ceará. E ela se anuncia, mais do que de qualquer outra forma, desde o dezembro anterior, e começa, no ano em que começa, em 19 de março. O dia 13 de dezembro simboliza o mês de janeiro do ano seguinte; o dia 14, o mês de fevereiro; o dia 15, o de março... Se não chove no dia 15 de dezembro, não choverá em março... E há outras maneiras de desvendar o tempo que virá. No Nordeste, a seca se anuncia nas experiências de Santa Luzia...

No dia 12 [de dezembro] ao anoitecer expõe [o sertanejo] ao relento, em linha, seis pedrinhas de sal, que representam, em ordem sucessiva da esquerda para a direita, os seis meses vindouros, de janeiro a junho. Ao alvorecer de 13 observa-as: se estão intactas pressagiam a seca; se a primeira apenas se deliu, transmutada em aljôfar límpido, é certa a chuva em janeiro; se a segunda, em fevereiro; se a maioria ou todas, é inevitável o inverno benfazejo (Cunha, 1979, p. 93).

Embora nessa experiência de Santa Luzia seja possível reconhecer, como faz Euclides da Cunha, uma “base positiva”, pois o que dela se deduz também se relaciona à umidade do ar, a operação que ela repete a cada ano, *desde sempre*, é a atualização de um tempo outro, da tradição, dos elementos e das forças perdidos em uma natureza e em um povo que passaram. Um tempo que os habitantes de Fortaleza, no final do século XIX, já consideravam primitivo, ou melhor, selvagem. Tempo da fome, da miséria, da peste e da violência. Em uma palavra, tempo do medo. Levando para a cidade grande os flagelos da seca, escancarando essa desgraça nas higienizadas paisagens urbanas, esses migrantes do sertão, em espantoso e crescente número, designam, desde 1877, um novo problema: o problema da população. Problema político, de governo, que se tornará, desde então, um problema de gestão: como administrar essa vida ameaçada? Ameaçada, vale observar, não pela seca, mas pelos que da seca fogem. Como administrar e produzir a vida urbana, a vida proletária, a vida comercial e capitalista, a vida moderna, em um território inscrito, *desde sempre*, na seca?

---

4 Segundo os dados oficiais recolhidos por Theophilo (1922, p. 73), o registro das chuvas durante o mês de janeiro dos 5 anos anteriores foi: 149 mm em 14 dias, em 1872; 309 mm/15 dias em 1873; 38 mm/12 dias em 1874; 0 mm em 1875; e 64 mm nos 11 dias em que choveu no primeiro mês de 1876.

---

Em fevereiro de 1877, “os espíritos fracos já se deixavam impressionar por uma multidão de idéas tristes!” (Theophilo, 1922, p. 75). Diante dos “espíritos fracos” amontoados aos milhares nos abarracamentos, Rodolfo Theophilo faz seu o ponto de vista que será o do moderno Estado nacional, estando um pouco à frente de seu tempo quando, desde o final do século XIX, trabalha na amplitude do que se poderá perceber como uma medicina social. Se ele aciona uma medicina social no Ceará, não será somente com a vacina contra a varíola, que ele mesmo se empenhará em aplicar em sua pessoal cruzada contra a peste, mas antes, com seu registro e análise crítica sobre esse ano, no que diz respeito às condições de salubridade dos novos espaços impostos pelas políticas destinadas à contenção e realocação dos retirantes, ou sobre a cidade, o espaço urbano e seus elementos ou, ainda, sobre as medidas tomadas (ou não) pelo Estado no que se refere ao aproveitamento de uma mão de obra subitamente multiplicada pela fome.

Em 14 de abril chegaram os primeiros desvalidos dessa seca, 35, que foram aboletar-se, lembra Theophilo, no morro do Croatá. Em 3 de fevereiro de 1848 o diário *O Cearense* publicou nota anunciando a criação do primeiro cemitério de Fortaleza, o Cemitério de São Casemiro, no morro do Croatá. Ele foi inaugurado em 8 de maio desse ano e apresentava-se como política médica provincial buscando interditar a prática do sepultamento nas igrejas da cidade prática que exporia a população aos vapores insalubres emanados dos cadáveres. Assim, o cemitério foi construído em um terreno doado pela família Braga Torres, situado a sotavento da cidade e localizado a uma distância considerada segura, respondendo em tamanho ao cálculo estatístico das mortes por vir, segundo as mortes registradas em anos anteriores. Alguns anos mais tarde, em 1856, a epidemia de cólera justificou a ampliação do cemitério. Finalmente, ele foi desativado em 1866, com a inauguração do Cemitério de São João Batista<sup>5</sup>.

Uma análise histórica da construção dos cemitérios no Brasil ao longo do século XIX possibilitaria perceber significativamente outra dimensão dessa reorientação do Estado, nesse tempo, implementando políticas populacionais de uma medicina social à frente do governo biopolítico na modernidade. Nessa retomada histórica, a introdução e imposição do cemitério enquanto campo de sepultamento à sombra do Estado também descreveria uma história das pestes<sup>6</sup>, em um primeiro momento combatidas por uma medicina social urbana e depois administradas por métodos de imunização da população. Vale lembrar

---

**5** Sobre o Cemitério de São Casemiro e a política dos sepultamentos no Ceará do século XIX ver Silva (2018).

**6** No caso de Fortaleza, a administração do espaço urbano ao longo do século XIX, por parte do governo provincial se viu em boa medida afetada pela ocorrência de epidemias importantes, em especial durante o período de modernização e aformoseamento da cidade, na segunda metade desse século. Francisco Barbosa (2009) destaca as epidemias de febre amarela em 1861, cólera, em 1862 e a de varíola, em 1878. Sobre as epidemias no Ceará ver Studart (1997).

---

que a imposição dos cemitérios para todos<sup>7</sup> não foi, no Brasil, nem rápida nem tranquila<sup>8</sup>. Mas não se encontra, nessa gestão estatal dos cemitérios, mais do que o anúncio de uma incipiente saúde pública.

A constância com que as doenças atingiam os moradores da Província e, especificamente, os de Fortaleza, foi um determinante de peso no caso da construção de hospitais, lazaretos, enfermarias e cemitérios. Entre os anos de 1840 e 1880 além da incidência frequente de enfermidades oculares, pulmonares, digestivas, etc., eclodiram pelo menos três grandes epidemias: febre amarela (1851), cólera (1862) e varíola (1878). Isto não implica em afirmar que houvesse uma estratégia planejada de saúde pública. Pelo contrário, a necessidade de estabelecimentos deste tipo foi sendo alimentada, na medida em que experimentava o paroxismo desses momentos em meio a uma situação marcada pela defasagem de recursos, mais acentuada com a reforma de 1828. A partir de então, as Câmaras assumem a responsabilidade com os serviços de saúde, cabendo ao Governo Imperial a vigilância sanitária dos portos (Barbosa, 2012, p. 36).

Se não havia no Ceará *uma estratégia planejada de saúde pública*, percebe-se, no entanto, ao longo do século XIX, um deslizamento nas técnicas de governo. Deslizamento das autoridades tradicionais, religiosas ou da sociedade civil, para os especialistas da administração pública, em especial os especialistas da saúde. Assim como as novas políticas de sepultamento implementadas pelo poder público, há outras políticas aparecendo e consolidando-se na primeira metade desse século, que, embora ainda não configurem aquela estratégia de saúde pública, inauguram o campo da política sobre a vida que fundamentará o governo do Estado moderno e que já na passagem para o século XX será o atributo essencial desse governo. E será com a medicina social que o incipiente biopoder atravessando o Estado moderno se mostrará talvez com maior clareza, nesses primeiros novos tempos. Na província do Ceará, esse biopoder encontrar-se-ia em especial em políticas de uma medicina social urbana que em muito se aproxima do modelo francês apresentado por Foucault (2017a). Uma medicina dos espaços e dos elementos, antes do que das pessoas: medicina da salubridade antes do que da saúde. Uma medicina, também, que atualizará a prática da quarentena.

**7** Sendo o sepultamento reservado às igrejas, até entrado o século XIX descansavam no campo-santo somente as almas de seus fiéis. Para “os outros”, era comum a prática do abandono dos cadáveres, ou do sepultamento em cemitérios laicos, ou no mato, ou..., em especial dos escravos, mas também de “judeus, heréticos, cismáticos, apóstatas, blasfemos, suicidas (exceto quando o indivíduo fosse considerado louco), duelistas, usurários, ladrões de bens da Igreja, excomungados, religiosos enriquecidos (se tivessem profissão de pobreza), refratários à confissão e à extrema-unção, infiéis, crianças e adultos pagãos” (Rodrigues & Bravo, 2012, p. 9).

**8** Lembrar assim, por exemplo, da Cemiterada, de 1836 (cf. Lemos, 2013).

---

A medicina urbana com seus métodos de vigilância, de hospitalização etc., não é mais do que um aperfeiçoamento, na segunda metade do século XVIII, do esquema político-médico da quarentena que tinha sido realizado no final da Idade Média, nos séculos XVI e XVIII. A higiene pública é uma variação sofisticada do tema da quarentena e é daí que provém a grande medicina urbana que aparece na segunda metade do século XVIII e se desenvolve, sobretudo, na França (Foucault, 2017a, p. 157).

Presença importante, então, da peste, na província do século XIX. Os vapores da peste, que redefiniam as práticas de sepultamento; mas também os desvalidos, os recorrentes retirantes da seca, os pobres, os escravos, portadores da peste, que justificavam a política da quarentena. A quarentena decretada pelas autoridades públicas era implementada nos lazaretos, lugares de atendimento aos doentes, mas também de reclusão e isolamento, não raro compulsório. Lugares, em suma, destinados tanto aos cuidados dos acometidos pela peste quanto à proteção dos sãos (cf. H. L. Martins, 2013). Os lazaretos eram, então, lugares de prevenção. Acionados pela peste<sup>9</sup>, os lazaretos deveriam se adiantar, na medida do possível, sua multiplicação: com o isolamento, interromper, desativar o contágio. Mais uma vez, a medicina social que se desenvolve em Fortaleza durante o século XIX ecoa marcadamente do modelo francês: uma medicina dos espaços e dos elementos:

Para se evitar uma contaminação considerável de pessoas por se encontrarem ocupando o mesmo espaço, a arquitetura de grande parte dos lazaretos era composta por enormes pavilhões ou galpões que poderiam acomodar um número considerável de pessoas e favoreciam a circularidade do ar, afastando ares viciados, que poderiam, a qualquer instante, corromper a saúde de todos (H. L. Martins, 2013, p. 55).

Se diante da seca de 1877 as autoridades governamentais pouco investiram no confinamento (e controle médico e sanitário) dos desvalidos, decretando os abarracamentos, a utilização da mão de obra dos validos e as migrações para as províncias, sobretudo do norte, diante da peste que com a seca se instalou na cidade, as políticas implementadas não foram muito além dos confinamentos. Alguns anos se passariam antes de que epidemias como a da varíola fossem enfrentadas com uma consistente campanha de vacinação. Segundo dados do Dr. Barão de Studart (1997), em sua memória apresentada em 1909 ao 4º Congresso Médico Latino-Americano do Rio de Janeiro: as 61 mortes registradas em

<sup>9</sup> Diferentemente do que acontecera nas outras cidades do Brasil imperial, em Fortaleza os lazaretos funcionaram esporadicamente fechados e reabertos em função do aparecimento de doentes contagiosos, com funcionários pagos a cada dia de trabalho (cf. H. L. Martins, 2013).

---

Fortaleza, em janeiro de 1877, empalidecem junto às 1.008 de dezembro. Mas nada que se pudesse aproximar do ano seguinte. 1.008 mortes por varíola só no dia 8 de dezembro de 1878. Nesse ano morreram em Fortaleza 57.780 pessoas, 24.884 delas por varíola. 119 mil no Ceará...

Poder-se-á julgar ao certo o que era o Ceará de 1878 sob o ponto de vista da higiene, das molestias e da mortalidade? Impossível. Onde a higiene com a pavorosa aglomeração dos que a desgraça feria? Onde a higiene, si 300000 emigrados se agrupavam nas cidades e villas do litoral, apinhados sob as árvores, em choças miserrimas ou em immundos abarracamentos? Que resistencia poderiam oferecer ás enfermidades organismos extenuados pela fome e sede, e por todas as dores moraes? Febres de diferentes typos, beriberi, a anazarca ceifavam os pobres retirantes; os abarracamentos se convertiam aos poucos em hospitaes; Fortaleza, o derradeiro marco na via dolorosa, era como uma necropole, porquanto ja não havia ricos e sim irmãos e socios de infortunio, vinha afinal extender seu manto de horror a variola, a inesquecivel epidemia de varíola (Stuart, 1997, p. 41).

Se a seca e a fome, entre 1877 e 1879, designam o problema biopolítico do governo sobre a vida como problema da cidade, dos espaços, dos elementos, já em 1915 se inaugura um novo confinamento: a seca e a peste produzirão, agora, o campo de concentração. Em 1915, o campo de concentração do Alagadiço, em Fortaleza, era iluminado por luz elétrica. Era preciso ver com clareza: vigiar. Em Fortaleza, a luz elétrica só começaria a chegar em 1933 (cf. Pinheiro, 2014): alguns precisavam ser mais vigiados do que outros. A privacidade é um direito dos que têm direitos. Ao campo de concentração deram o nome informal de *curral do governo*; aos retirantes, *flagelados*.

[...] foi a seca de 1877-1880 que representou um ponto de inflexão nestas relações retirantes-habitantes-governantes, ao despejar um total de 100 mil retirantes numa Fortaleza que tem 27 mil habitantes em 1887 e que só atingirá uma população regular com este elevado número em 1930. O impacto dessa invasão, seguida de uma epidemia de varíola que chegou a matar mil pessoas num só dia, detona a constituição de uma série de saberes que, mesmo sem um “planejamento sistematizado” entre governantes, burgueses e médicos, passam a interferir nas atitudes públicas e privadas diante da “multidão de miseráveis”. O “terror coletivo que fechou casas e comércio, paralisando o movimento urbano” também “serviu para reforçar o discurso médico-político da necessidade de se instaurar uma polícia sanitária na Capital”. Tem início então a montagem de um imaginário que irá definir a figura do “flagelado”,

---

o que só se dará efetivamente em 1915 e que, de uma forma ou de outra, permanece até hoje (Neves, 1995, p. 102).

Então, o que é um campo? Espaço da exceção, o campo torna possível a interdição daqueles que, de uma maneira e/ou de outra, ameaçam certa forma de vida. Ele aciona um discurso, legitima práticas de aniquilação, tranquiliza as consciências e desculpa, sob o manto do bem geral, a sistematização da violência, da exclusão, da morte. Mais do que um lugar, muito mais, o campo é um acordo, um arranjo, um acerto: trata-se de estabelecer quem está *fora*. Para ou outros, os direitos. O campo já está nos abarracamentos, assim como nas frentes de serviço, assim como nos lazaretos, nos barcos e nos trens acionados pelo Estado, nas rações, nas campanhas de vacinação e na iluminação noturna, elétrica, precisa... O campo, como política sobre os pobres, os famintos, os retirantes, os flagelados, os desvalidos, os doentes... Do campo santo ao campo de concentração há uma tênue continuidade: o governo sobre a vida produzirá uma vida, precisamente uma, e convocará agentes da ordem, da saúde, da educação, do trabalho, do transporte, da comunicação... que atestem quem pertence e quem não a essa vida, quem a reproduz e quem a ameaça. Se “há uma linha de continuidade, portanto, que liga os abarracamentos, os campos de concentração e as atuais frentes de serviço” (Neves, 1995, p. 95), por onde passa essa linha? Como ela funciona, ou melhor, como ela faz funcionar o governo biopolítico?

*Aquele ruído obscuro de gagueira  
Que à noite, em sonhos mórbidos, me acorda.  
Vinha da vibração bruta da corda  
Mais recôndita da alma brasileira!*

*Aturdia-me a tétrica miragem  
De que, naquele instante, no Amazonas,  
Fedia, entregue a vísceras glutonas,  
A carcaça esquecida de um selvagem.*

*A civilização entrou na taba  
Em que ele estava. O gênio de Colombo  
Manchou de opróbrios a alma do mazombo,  
Cuspiu na cova do morubixaba!*

*E o índio, por fim, adstricto à étnica escória,  
Recebeu, tendo o horror no rosto impresso,  
Esse achincalhamento do progresso  
Que o anulava na crítica da História!*

---

*Como quem analisa um. apostema,  
De repente, acordando na desgraça,  
Viu toda a podridão de sua raça...  
Na tumba de Iracema! ...*

(Augusto dos Anjos, *Os doentes*)

O Estado moderno, que se compromete a gerir a vida, sob sua máxima de “fazer viver”, não pode legitimamente matar o contingente indesejável. E nem lhe interessaria matá-lo: assim, promove a redistribuição do espaço social, enquadrando na exceção todos aqueles que destoam do ideal que se projeta como vida qualificada, ou seja, aqueles que têm direitos (cf. Agamben, 2008a, 2008b). O campo, paradigma de governo do Estado moderno, resulta de um estado de exceção permanente.

[...] o Campo de Concentração do Alagadiço aglomerou num terreno “cercado e arborizado” milhares de pessoas num ambiente de parcas instalações físicas e piores condições sanitárias, onde os números da morte também se concentraram: em geral, era mais fácil morrer no campo do que fora dele (Neves, 1995, p. 100).

Se o Campo de Concentração do Alagadiço, esse curral de flagelados, recebeu seu nome oficial, como sugere Armando Pinheiro (2014), em parte para adotar uma nomenclatura que se fazia corrente na Europa, não por isso deixa de demarcar, precisamente, um campo: espaço de exceção. E a nomenclatura explicita uma lógica: ao campo de concentração iriam os flagelados da seca, isto é, aquela horda vinda do sertão, fugindo da miséria, da fome, da peste, da morte. Aquela horda desgarrada dos padrões de civilidade, de higiene, de decência que com tanto esforço as autoridades públicas e tradicionais da cidade instituíram, em consonância com os mais altos e modernos critérios morais. Literalmente, instituíram o campo do Alagadiço.

[...] surge na verdade com o argumento moralista de coibir a prostituição ou “atos libidinosos” e também para prevenir a mendicância, saques e outras ações de massa empreendidas pela multidão de famintos. Não era[m] a saúde dos confinados ou a organização dos socorros públicos as preocupações que norteavam as medidas do governo, mas a proteção da propriedade privada, da ordem pública e da moral e os bons costumes (Pinheiro, 2014, p. 77).

---

O campo não resulta de uma negação radical, tanto faz se doentia ou apenas delirante, de uma forma de vida por princípio outra, judeu, negro, japonês, sertanejo, índio... mas da afirmação racional, científica, liberal, urbano-industrial, por princípio moderna e ocidental, de uma forma de vida juridicamente válida. Uma forma de vida que deve ser defendida tanto quanto propagada, mesmo que isso signifique a produção de uma vida juridicamente outra, fora do abrigo do Estado, uma vida nua. O que sustenta o ideal de vida qualificada é justamente seu referencial negativo.

No Brasil, então, o campo surge no império, com os abarracamentos e os lazaretos, e consolida-se na república e na ditadura. Tanto faz o tom ideológico: Estado, modernamente, é exceção. Se o campo permanece é porque ele vaza do arame farpado, é porque funciona em cada um, se legitima em cada um, em cada cidadão. Se o campo permanece é porque ecoa no *slogan* do homem de bem: “antes eles do que nós!”. E, assim, “é importante não esquecer que o estado de exceção moderno é uma criação da tradição democrático-revolucionária e não da tradição absolutista” (Agamben, 2008a, p. 16).

*Sentado em um toro de madeira, na primeira manhã, em frente ao rancho, meditava um homem de pouco mais de cinquenta anos: era o chefe da família. Profundamente triste olhava para os alojamentos dos companheiros de infortúnio, abrigados também à sombra de árvores. A fome com o cortejo de dores não pudera apagar os traços daquela carnação. A musculatura estava reduzida, mesmo assim ninguém duvidava que os braços daquele homem pudessem sustentar um touro pelos cornos. A caixa torácica bastante larga e bem conformada guardava os órgãos mais importantes da vida são e vigorosos. Naquelas formas não havia um traço que não denotasse virilidade. Os tons de tristeza, carregando-se até aos matizes da nostalgia, assentavam mal naquela figura máscula. O gigante, entretanto, absorvido todo em desvendar o futuro, meio desalentado, deixava as tristezas que havia escondido dentro d'alma saírem e se colocarem em sua frente. Era digna de reverência a postura meditativa do retirante a procurar seguir as miragens, que fugiam de imaginação afora. (Rodolfo Theophilo, 1979 – A fome)*

Lavar a palavra a pá,  
Como quem prepara um pão.  
(Belchior, Humano Hum)



---

## Referências bibliográficas

- Agamben, G. (2007). *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua* (Vol. 1). Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG.
- Agamben, G. (2008a). *Estado de exceção*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Agamben, G. (2008b). *Homo sacer: o que resta de Auschwitz*. O arquivo e a testemunha (Vol. 3). São Paulo, SP: Boitempo.
- Alves, J. (1982). *História das secas (Século XVII a XIX)*. Mossoró, RN: Guimarães Duque.
- Barbalho, A. (2005). Corpos e mentes dilacerados: o grotesco nas imagens das secas de 1877. *Revista Trajetos*, 3(6).
- Barbosa, F. C. J. (2009). Administrar a precariedade: saúde pública e epidemias em Fortaleza (1850-1880). *O público e o privado*, 2009(13), 95-106.
- Barbosa, F. C. J. (2012). Estabelecimentos de saúde na Fortaleza provincial: uma implantação lenta e descontínua (1840-1860). *História & Perspectivas*, 25(47), 35-54.
- Barros, K. T. A. (2010). “Falle a sciencia”: diferentes concepções sobre a varíola na capital do Ceará em fins do século XIX. *Mosaico*, 2(4), 69-95
- Cunha, E. (1979). *Os Sertões. Campanha de Canudos*. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade: a vontade de saber* (Vol. 1). Rio de Janeiro, RJ: Graal
- Foucault, M. (2017a). O nascimento da medicina social. In Autor, *Microfísica do poder* (pp. 143-170). São Paulo: Paz e Terra.
- Foucault, M. (2017b). A governamentalidade. In Autor, *Microfísica do poder* (pp. 407-431). São Paulo, SP: Paz e Terra.
- Foucault, M. (2007c). A filosofia analítica da política. In Autor, *Ditos e escritos: ética, sexualidade, política* (Vol. 5). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária
- Lemos, M. A. (2013). Benzer os cemitérios que forem precisos: o processo de implantação de cemitérios e a epidemia de cólera em Quixeramobim-CE (1862-1863). *História e Culturas*, 1(2), 84-100.
- Martins, H. L. (2013). *Lazaretos da Jacarecanga e da Lagoa Funda: varíola, poder e assistência na cidade de Fortaleza (1820-1880)* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.
- Martins, L. L. (2012). *Varíola em Fortaleza: marcas profundas de uma experiência dolorosa (1877-1881)* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.
- Neves, F. C. (1995). Cural dos bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). *Revista Brasileira de História*, 5(29), 93-122.
- Neves, F. C. (2005). Estranhos na *belle époque*: a multidão como sujeito político. *Revista Trajetos*, 3(6), 113-138.

---

Pinheiro, A., Neto. (2014). *De curral da fome a campo santo: o campo de concentração de retirantes na seca de 1915 em Fortaleza* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

Rodrigues, C., & Bravo, M. N. (2012). Morte, cemitérios e hierarquias no Brasil escravista (séculos XVIII e XIX). *Habitus*, 10(1), 3-19.

Silva, J. S. (2018). *O cemitério revisitado*. São Paulo, SP: Baraúna.

Sousa, J. W. F. (2009). *Política e seca no Ceará: um projeto de desenvolvimento para o Norte (1869-1905)* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

Sousa, J. W. F. (2015). Secas e socorros públicos no Ceará: doença, pobreza e violência (1877-1932). *Projeto História*, 2015(52), 178-219. Studart, G. B. (1997). *Climatologia, epidemias e endemias do Ceará*. Fortaleza, CE: Fundação Waldemar Alcântara.

Theophilo, R. (1922). *História da Secca do Ceará (1877-1880)*. Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Inglesa.

Theophilo, R. (1979). *A fome; violação*. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio.